

ESCOLA SUPERIOR ABERTA DO BRASIL – ESAB

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: construção de novos laços sociais.

Barbara da Conceição Matias de Oliveira Rios¹

Maria Fabris Colodete²

Resumo

O objetivo do presente trabalho foi analisar a formação dos professores perante a educação inclusiva, visto que o número de crianças matriculadas nas escolas de ensino regular tem sido cada vez maior. Através de um estudo bibliográfico e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61 até a legislação vigente que permitiu acompanhar os avanços das políticas públicas da Educação Especial na perspectiva de uma educação inclusiva. Analisou-se a formação do professor como um ser transformador e não apenas transmissor de conhecimento e foi relacionada à educação inclusiva ao processo de formação de professores. Deste modo concluiu-se que a escola inclusiva ainda tem muito que avançar. Não basta garantir a matrícula se o processo de ensino e de aprendizagem é excludente e pouquíssimas são as experiências inclusivas. Os professores recebem formação teórica e prática para trabalhar com aluno das escolas regulares, mas continua faltando formação para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Necessidades Educacionais Especiais. Prática. Educador.

Introdução

A educação especial é uma modalidade da educação que tem passado por mudanças legislativas nos últimos anos, em busca de garantir uma educação de qualidade para todos. A LDB 9394/96, prevê que todos os alunos devem estar matriculados, preferencialmente, na rede regular de ensino, visando um sistema de inclusão da pessoa com deficiência. Logo, a inclusão deve ocorrer a partir do momento em que o aluno participa da comunidade escolar (BRASI,1996).

¹ Pós-graduando em Psicopedagogia Clínico-Institucional na escola Superior Aberta do Brasil-ESAB.
brios@ig.com.br

² Mestre em Ciências Biológicas – Botânica, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A inclusão é um processo em construção. Não começou agora e nem tem a pretensão para ter fim. Segundo Werneck (2000), o fato de ter uma criança com necessidade educacional especial em cada turma não torna a escola inclusiva. Tudo vai depender de como é o sistema de avaliação dessa escola e como é o dia a dia na sala de aula.

Partindo da escola que atende as diversidades, se faz necessário entender como está acontecendo à formação dos professores para a construção de uma prática pedagógica inclusiva. Para Freire (1996), o professor é responsável por grande parte da sua formação. A gente se faz educador, a gente se forma como educador permanentemente, na prática e na reflexão da prática (FREIRE, 1991).

Diante deste contexto tem-se como objetivo geral investigar se o professor está recebendo formação para desempenhar bem o seu papel com alunos com necessidades educacionais especiais.

A história da educação inclusiva, embora em passos lentos, apresenta avanços que pode ser visto através da LDB9394/96 (BRASIL1996), que garanti o acesso e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais na escola regular. Para Freire (1996), o professor não se deve se sentir pronto ao sair de uma faculdade, A formação é um processo que está sempre construção. De acordo Orrú (2012), o professor não tem que se sentir preparado para trabalhar com a educação inclusiva, mas sim para construir um novo laço entre a formação de professores perante a educação inclusiva.

Para o alcance do objetivo desse trabalho a metodologia utilizada limitou-se a uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado e livros referentes ao assunto proposto. Esta pesquisa foi realizada por um período de seis meses, em bibliotecas de universidades e em internet.

1-História da educação inclusiva

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996, entende-se como educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1996).

Segundo Marchesi (2004), impulsionada pelos movimentos sociais que reivindicavam mais igualdade entre todos os cidadãos e a superação de qualquer tipo de discriminação a educação especial viveu profundas transformações durante o século XX.

No Brasil, as políticas educacionais voltadas para o acesso e permanência das pessoas com deficiência no sistema educacional de ensino datam a década de 60, apontadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 4024/61 que confirma o direito dos excepcionais a educação, e esta deveria ocorrer, se possível, dentro do sistema geral de educação (BRASIL, 1996). Pouco depois, em 1971 a Lei 5692/71 apontou objetivos semelhantes para a educação comum e a educação especial, incluindo a preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania (BRASIL, 1971).

Conforme Mendes (2006 *apud* MENDES; LEODORO, 2008):

Os movimentos sociais pelos direitos humanos, intensificados basicamente na década de 60, conscientizaram e sensibilizou a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos com status minoritários, tornando a segregação sistemática de qualquer grupo ou criança uma prática intolerável. Tal contexto alicerçou uma espécie de base moral para a proposta de integração escolar, sob o argumento irrefutável de que todas as crianças com deficiência teriam o direito inalienável de participar de todos os programas e atividades cotidianas que eram acessíveis para as demais crianças.

Após a Guerra do Vietnã, os Estados Unidos para garantir melhores condições de vida aos mutilados, viabilizaram a Lei 94142, em 75, que estabeleceu mudanças nos currículos e criou uma rede de informações entre escolas, bibliotecas e hospitais (BRASIL, 1975). Aqui no Brasil, a Emenda Constitucional, número 12 de 1978, assegurou aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante educação especial e gratuita (BRASIL, 1978).

De acordo com Silva (1998), as duas guerras mundiais e a conseqüente reestruturação das sociedades tiveram impacto positivo na modificação deste modelo segregatório.

Para Aranha (2001 *apud* ARANHA; LEODORO, 2008):

As transformações se deram em função do interesse de diversos pesquisadores na temática inaugurada por Goffman (1974), que, a partir da década de 60, passa a criticar as instituições totais por sua ineficiência em preparar ou recuperar essas pessoas para o convívio em sociedade. Cremos que tiveram impacto social: as guerras geraram quantidades nunca antes vista com deficiência adquiridas- as quais as sociedades e poderes públicos se viram obrigadas a prover algum tipo de assistência- e as denúncias feitas pelos pesquisadores alertavam para a necessidade de novas formas de atendimento.

Com as declarações e tratados mundiais defendendo a inclusão nas décadas de 80 e 90, a Lei 7853/89, prevê na área da educação, a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino e prevê crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa para os dirigentes de ensino público ou particular que recusarem ou suspenderem, sem justa causa, matrícula de um aluno (BRASIL, 1998).

De acordo com a Salamanca (1994 *apud* SALAMANCA; NOGUEIRA, 2008):

As escolas regulares inclusivas são proclamadas como o meio mais eficaz de combate à discriminação. Ficou determinado como dever das escolas, acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, garante a oferta de educação especial como dever constitucional do Estado, tendo início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

Para Merchesi (2004), a integração, quando vai além da mera presença física nas salas de aula regulares dos alunos com alguma deficiência, supõe uma mudança profunda na educação.

Segundo Alves (2012), incluir é abranger, compreender, acrescentar e somar. Qualquer indivíduo pode ser incluído, juntando-o a qualquer outro ser para o crescimento de ambos.

Para assegurar aos educandos com necessidades especiais uma educação inclusiva a LDB/1996 garante que o sistema de ensino tem que oferecer currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades.

Segundo Coll (2004), a integração é, antes de tudo, um processo dinâmico e mutável, cujo objetivo central é encontrar a melhor situação educativa para que um aluno desenvolva ao máximo suas possibilidades.

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. (ME/SEE/UFC, 2010).

Para Alves (2012), a inclusão tem que respeitar e querer que o indivíduo se desenvolva em todos os aspectos dentro do processo de aprendizagem, possibilitando- o, através de trocas a convivência com os indivíduos ditos normais.

O fundamento ideológico das escolas inclusivas não procede principalmente das vantagens que pode ter para os alunos com problemas de aprendizagem uma educação comum, nem da necessidade de uma reforma da educação especial (MARCHESI, 2002).

Segundo Alves (2012), a escola inclusiva não é diferente, porque o seu papel será o mesmo, só vai depender de quem irá lidar com este aspecto.

De acordo com o (ME/ SEE/UFC, 2010), a escola inclusiva rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo do sistema educacional. Ela questiona a fixação de modelos ideais e a seleção dos alunos para frequentar as escolas.

Segundo Marchesi (2004), a escola quando se transforma em inclusiva sofre uma mudança cultural educacional que só tem a valoriza a igualdade entre todos os alunos, o respeito às diferenças, a participação dos pais e a incorporação ativa dos alunos no processo de aprendizagem.

Werneck (2000) questiona as experiências que estão nomeando como integradoras para ela várias coisas dentro da escola são mudadas, mas não a estrutura. Muitas são as tentativas, mas não podem ser chamadas de inclusão.

As mudanças das escolas inclusivas para Marchesi (2004):

As escolas inclusivas não aparecem da noite para o dia, mas vão se configurando mediante um longo processo; portanto, é preciso tomar consciência dos objetivos que se tenta alcançar e o tipo de estratégias que se deve impulsionar. A mudança de cada escola deve partir de sua cultura própria e orientar-se no sentido de sua transformação. Por esse motivo, nem todas as escolas partem da mesma posição.

Para Gadotti (2008), não existe duas escolas iguais. Cada escola é fruto do desenvolvimento de suas contradições. Para ele a transformação da escola não se dá sem conflitos. É um processo lento, de pequenas ações, mas que precisa é ser contínuo.

Como afirma Orrú (2012), o objetivo da educação inclusiva é construir, desconstruir e reconstruir conhecimentos e metodologias em busca de uma educação de qualidade para todos.

2- O professor e sua formação

De acordo com o glossário para educadores (as) de Antunes (2003), a palavra professor significa mestre que se emprega a aquele que ensina que mostra o caminho e conduz. Segundo Freire (1996), a formação é um fazer permanente que se faz constantemente na ação.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394/96), artigo 62, e o Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999, a formação de docentes para atuar na Educação Básica será feita em nível superior, em curso de Licenciatura, de graduação plena,

em universidades e instituições superiores de educação. A única exceção admitida pela LDB para que se formem professores que não em Licenciaturas Plenas para o exercício de Magistério na educação básica, é a que se faz em nível médio, na modalidade Normal, que passa a ser formação mínima para o exercício do Magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental (BRASIL, 1996).

Os cursos de formação de professores segundo Mello (1982), não estão conseguindo atingir o seu objetivo, ou se seja, formar adequadamente professores com capacidades para desenvolver sua docência.

Segundo Alves (2004), estamos diante do empobrecimento da formação do profissional da educação, o qual se vê limitado a cursos práticos de curta duração para sua preparação profissional.

De acordo com Perrenoud (2004):

Por falta de análise das competências e dos recursos que elas exigem, algumas formações iniciais de professores levam em consideração apenas uma pequena parte dos recursos necessários, limitando-se ao domínio dos saberes a serem ensinados e a alguns princípios pedagógicos e didáticos gerais. Está na hora de identificar o conjunto das competências e dos recursos das práticas profissionais e de escolher estrategicamente os que devem começar a ser construído na formação inicial de profissionais reflexivos.

Para Delors (2006), os formadores acreditam que possuiriam o saber mais adequado que os professores necessitariam. Atualmente, o mundo no seu conjunto evoluiu tão rapidamente que os professores, devam admitir que sua formação inicial não lhes bastas, precisam se atualizar.

Saviani (2011), em relação à formação dos professores, faz a seguinte consideração:

Ao longo dos últimos dois séculos, as sucessivas mudanças introduzidas no processo de formação docente no Brasil revelam um quadro de descontinuidade, embora sem rupturas. A questão pedagógica, de início ausente, vai penetrando lentamente até ocupar posição central nos ensaios de reformas da década de 1930. Mas não encontrou, até hoje, um encaminhamento satisfatório. Ao fim e ao cabo, o que se revela permanente é a precariedade das políticas formativas, cujas sucessivas mudanças não lograram estabelecer um padrão minimamente consistente de preparação docente para fazer face aos problemas enfrentados pela educação escolar em nosso país.

Segundo Canário (1998), na atualidade das exigências impostas à educação, o professor não basta ter domínio do conhecimento específico do que ensina é necessário hoje, mais do que nunca um profissional ciente e implicado na dinâmica viva da escola.

É primordial que os professores não sejam mais vistos como indivíduos em formação, nem como executores, mas como atores plenos de um sistema que eles devem contribuir para transformar. (THURLER, 2002)

Formar um professor técnica e politicamente competente significa para Alves (2004), formar um professor que integre, em sua atuação, conhecimentos, habilidades, crenças, valores, emoções e comprometimento.

Para Delors (2006), quanto maiores forem às dificuldades que o aluno tiver de ultrapassar - pobreza, meio social difícil, doenças físicas - mais se exige do professor qualidade humana como a autoridade, paciência e humildade.

Na história da educação, segundo (Freire, 1998) o professor nunca teve tanta necessidade de estudar, de ensinar, de aprender.

Para Freire (1996), o professor tem que saber que é a sua curiosidade que vai levá-lo a se movimentar, gerar inquietação e nortear a novas buscas para o aprendizado e o ensinamento.

A formação dos professores deveria ser orientada para uma aprendizagem por problemas para que os estudantes se confrontassem com a experiência da sala de aula e trabalhassem a partir de suas observações, surpresas e fracassos, medos e alegrias. (PERRENOUD, 2004)

Em relação à formação de professores Martins (2010), lembra:

As universidades e os cursos de formação de magistério transmitem aos futuros educadores alguns valores que serão pontos de referências, tanto no desempenho social, com maior ou menor engajamento. Dir-se-ia mesmo que muitos valores herdados nos cursos de formação têm influência significativa, às vezes até decisiva, no relacionamento do educador na escola, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista psicológico.

A formação dos professores para Freire (1996), deveria se constituir na coisa óbvia, que é a importância inegável que tem sobre nós contorno ecológico, social e econômico em que vivemos.

Para cumprir bem sua missão, o educador deve ser um estudioso permanente e ter um bom caráter, isto é, seu comportamento em momento algum deve contradizer seus preceitos, pois nada é mais desastroso em educação que atitudes incoerentes do educador (MARTINS, 2010).

3- A formação de professores perante a educação inclusiva

De acordo com a LDB 9394/96, os alunos com necessidades educacionais especiais terá que receber o atendimento educacional em classes e escola regulares. Sendo que quando não for possível a integração do educando devido as suas especificações poderá frequentar ou receber serviços especializados (BRASIL, 1996).

Sasaki (1997, *apud* SASSAKI; VELTRONE, 2007), em relação à inclusão tece a seguinte consideração:

A inclusão escolar é vista como a melhor alternativa para os alunos segregados da escola regular, já que ela: representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que pertencer é um direito e não um status privilegiado que deva ser conquistado.

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática (MENDES, 2004).

Vaillant (2003) analisando a formação de professores na América Latina relata que é comum encontrar professores “mal preparados, mal administrados e mal remunerados”. Ainda pouco se tem explorado sobre os formadores de professores e sua base de conhecimento, e aliado a isso temos a ausência de políticas públicas direcionadas aos formadores, o que agrava a situação.

É comum os professores queixarem-se da formação recebida nos cursos de graduação diante do universo de dificuldades que surgem ao ingressarem na profissão e também atribuírem maior valor aos saberes experienciais (Tardif, 2002), porque os saberes oriundos da formação inicial não são suficientes para atender de modo satisfatório a todas as exigências impostas pela prática cotidiana.

De acordo com a LDB (1996), na escola regular o serviço de apoio especializado será ofertado, quando necessário, para atender às peculiaridades dos alunos com necessidades educacionais especiais, mas todos os professores terão que receber capacitação durante ou após a formação para integrar esses alunos nas classes regulares (BRASIL, 1996).

O educador da atualidade tem que ser inclusivo e para alcançar os seus objetivos afirma Alves (2012), precisa ter uma clara preocupação do caminho que terá que percorrer.

Pensando em uma escola que dê condições de igualdade para todos os alunos, nos leva a pensar em uma formação de professor com qualidade. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, o professor terá sua formação fundamentada em teoria e prática. Um professor preparado para lidar com os alunos ditos normais ou com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1996).

Segundo Carvalho (2004), a inclusão representa um grande desafio para professores e gestores que têm dificuldades em trabalhar questões referentes às diferenças dos alunos.

As atitudes dos professores dependem, portanto, de sua segurança profissional. A segurança está relacionada com as dificuldades que imagina que podem criar os alunos com necessidades educacionais especiais (MARSHEI, 2002).

Antipoff (1930) defendia uma formação comum a todos os professores, tanto no que dizia ao conteúdo, quanto no respeito e a prática.

Segundo Alves (2012), o educador tem que garantir ao aluno o direito a educação, não se preocupando apenas com a transmissão de conhecimentos, mas também o afeto, o calor humano e o ensino de qualidade.

Freire (2008), afirma que o professor precisa educar e esperar, esperar que o mundo se transforme, apesar da educação, sozinha, não garantir essa transformação.

Um bom professor segundo Perrenoud (1993) precisa abrir novos caminhos, ter liderança, ser reflexivo, ter habilidades para definir, projetar e avaliar os desafios.

O professor segundo Orrú (2012), não tem que está preocupada com aquilo que o aluno com necessidades especiais é capaz de fazer sozinho, mas o caminho que pode construir conjunta e compartilhada.

É dever do professor para Freire (1996), oferecer uma educação que venha respeitar a dignidade do educando, sua autonomia, sua identidade, tornando sua prática humana, formadora e ética.

Orrú (2012) chama a atenção para o professor que recebem alunos com necessidades educacionais especiais para não enaltecer o laudo diagnóstico e nem tampouco ser indiferente. A educação a ser oferecida tem que ser de qualidade para todos.

Segundo Marchesi (2004), os alunos não são iguais. Todos os alunos são diferentes em seus ritmos de aprendizagem, modo pessoais de enfrentar o processo educacional e a construção do seu conhecimento.

O professor começa sua carreira fazendo de tudo para que os seus alunos sejam bem-sucedidos, preparam material individualizado, ficam depois do horário e fazem avaliações

mais formativas e estimulantes, depois caem na rotina perdendo a fé e a sua capacidade de transformar (PERRENOUD, 2001).

Para Alves (2012), os professores devem ser estimulados a um crescimento profissional contínuo e nunca esquecer que pode ser um facilitador, embora seja sempre um docente.

Segundo Marchesi (2004):

A formação dos professores e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integradoras. É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas os professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar a todos os alunos (...). O professor, quando se sente pouco competente para facilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, tenderá a desenvolver expectativa mais negativas, que se traduzem em uma menor interação e em menor atenção.

De acordo com Perrenoud (2001), os professores precisam saber que diferenciar é dar aos alunos mais condições de aprender, de agir e de interagir. Não significa encarregar-se deles de modo individual, nem colocá-los em relação de assistência ou apoio pedagógico.

Segundo Marchesi (2004), a integração sem exclusão é um objetivo alcançável quando a escola tem professores que manifestam com mais facilidade e criam ambientes mais colaboradores.

Para Thurler (2002), a escola é um lugar que se constrói e se negocia a mudança:

Nessas escolas, o sentido da mudança é construído, de modo progressivo e interativo, em torno de uma percepção partilhada da urgência e da viabilidade de ações pedagógicas que permitam melhorar as aprendizagens dos alunos. Nelas, os professores conseguem desenvolver estratégia cada vez mais eficaz para analisar e resolver os problemas encontrados; quando lhes faltam ideias, eles dispõem de uma rede profissional bastante sofisticada, graças à qual terão acesso fácil às ferramentas e às pessoas que poderão ajudá-lo e apoiá-los em sua conduta.

A escola, em uma perspectiva de educação inclusiva, deve se preparar para uma prática pedagógica na qual tanto a coletividade quanto a individualidade favoreçam o pleno desenvolvimento da aprendizagem do estudante, sem desconsiderar sua singularidade (ORRÚ, 2012).

A grande maioria dos professores para eficácia da inovação educativa diz Thurler (2002), terá que repensar suas práticas pedagógicas relacionadas aos alunos, pois é através de suas competências profissionais que acontecerá às transformações individuais e coletivas.

Conclusão

O objetivo do trabalho foi o de analisar a formação do professor perante a educação inclusiva porque dentro da história da educação, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, ainda é um processo que está sendo construído.

A inclusão é um instrumento importante para assegurar a construção de um modelo educacional que venha atender a todos, e não somente os alunos com deficiência. Não é uma porta que se abre para alguns alunos, mas é a oportunidade de promover justiça social. A inclusão sintetiza, assim, o tão aclamado ideal de educação de qualidade para todos os alunos, mas não será alcançado em toque mágico.

A formação dos professores deve inserir-se no mundo de mudanças e ser repensada com base nessas novas realidades e exigência da contemporaneidade. Uma formação de qualidade é direito de qualquer professor, não importa a diversidade do aluno que vai encontrar em sala de aula. A formação do professor tem que ser contínua. Não se esgota nos bancos das universidades.

Para finalizar, cabe ressaltar que a educação inclusiva é uma modalidade que nos desafia a repensar a escola não somente como está atendendo os alunos com necessidades educacionais especiais, mas a sua prática pedagógica, sua cultura, as políticas, a formação dos formadores para que não só os alunos com necessidades especiais, mas todos aqueles que são marcados pela exclusão e fracasso escolar.

Abstract

The objective of the present work was analyze the training of teachers in front of inclusive education, seen that the number of kids enrolled on regular schools have been increasing. Through a bibliographical study and the Law of Guidelines and Bases of Education n° 4024/61, where appears for the first time the Especial Education in Brazil on LDB 4024, until the current legislation education. We analyzed teacher training as a transformer and not a simple transmitter of knowledge and Related to inclusive education at the teacher training process that has been rethought. In this way, concluded that inclusive school you still have a lot to advance. It is not enough to ensure the registration if the teaching- learning process is exclusionary, very few are inclusive experiences. Teacher

continues receiving theoretical and practical training for work with students of regular schools, but still missing training for working with students with special educational needs.

Keywords: School Inclusion. Special Educational Needs. Practice. Educator.

Referências

ALVES, Denise de Oliveira, MILIANE, Nogueira Magalhães Benício. **Dermeval Saviani e a pedagogia histórico - crítica: implicações para a educação brasileira.** Disponível no site: boletimef.org /.../ Dermeval-Saviani-e-a-pedagogia-historico- critica.pdf . Acesso em 18 de maio de 2014.

ALVES, Fátima. **Inclusão: Muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio.** RJ: WARK, 2012.

ALVES, Nilda. **Formação de professores: Pensar e Fazer.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ANTUNES, Celso. **Glossário para professores (as).** 3.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

ARANHA, Maria Salete Fabio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do ministério público do trabalho**, v. 11, n. 21, mar.2001, p. 160-173.

BACHA, Márcia Neder. **A arte de formar: o feminino, o infantil e o epistemológico.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/14225378/salete.../217>. Acesso em 17 de julho de 2014.

BANDEIRA, Hilda Maria Martins. **Formação de professores e práticas reflexivas:** www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/.../GT1_13_2006.PDF de HMM Bandeira - Citado por 3 - Artigos relacionados. Acesso em: 03 de junho de 2014.

BASTOS, João Baptista. **Gestão democrática.** 4 ed. Rio de Janeiro: DpeA, SEPE, 2005.

BAUTISTA, Rafael. **Necessidades educativas especiais.** Lisboa: Dinalivro, 1997. Disponível em: ww2.uefs.br/sitientibus/pdf/25/necessidades_educacionais_especiais.pdf . Acesso em 12 de maio de 2014.

BORGES, Maria Célia, AQUINO, Orlando Fernández, PUENTES, Roberto Valdés. **Formação de Professores no Brasil: História ...** Disponível no site: www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3301. Acesso em 05 de maio de 2014

BRASIL. Constituição do República Federativa do Brasil. br/legislacao/1998. Disponível em: www.senado.gov.br/const/con1988/...1998/CON1988.shtm Texto consolidado até a Emenda **Constitucional** nº 19 de 04 de junho de **1998**. Acesso em 12 de maio de 2014.

BRASIL, Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; nº 9394/96. Brasília. Disponível em: d.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Brasília, 1999. Disponível no site: [ww2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro 10.pdf](http://ww2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro%2010.pdf) de NAAE DE PROFESSORES - Artigos relacionados. Acesso em: 15 de fevereiro de 2014.

BREDEL, Michele Guede de Castro. **Uma retrospectiva da formação de professores: história e questionamento**. Disponível no site: www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/um... Acesso em 12 de julho de 2014.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CASTRO, Michele Guedes Bredel de. **Uma retrospectiva da formação de professores: história e questionamentos**. Disponível no site: www.fae.ufmg.br/estrado/cd.../eixo.../uma_retrospec_form_prof.pdf. Acesso em 05 de maio de 2014.

CAVALLI, A. **[a cura di] Insegnare oggi: prima indagine IARD sulle condizioni divita e dilavoro nella scuola italiana**. Bologna: Il Mulino, 1992.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento Psicológico e educação**. 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

CORONADO, Mônica. **Competências docentes: ampliación, enriquecimiento y consolidación de La práctica profesional**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2009.

COSTA, Divina Rosangela de Souza, PEIXOTO, Joana. **Ensino e formação de professores no contexto atual**. Disponível no site: www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/.../co/CO%20406-913-1-SP.pdf, Acesso em 16 de junho de 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das **Necessidades Educativas**. Acesso em: 15 de fevereiro de 2014

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**. ed. Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006. Disponível em: proletariosmarxistas.com/Educacao%20-%20um%20tesouro%20%20. Acesso em: 05 de março de 2014.

DIONÍSIO, Angela Paiva, MUNAKATA, Kazumi e RAZZINI, Marcia de Paula Gregório. Livro Didático e a formação de professores. Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol1b.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2014

FAVERO, E.A.G.; PANTOJA, L.M.P.; MANTOAN, M.T.E. **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília, SEESP/SEED/MEC-2007. Disponível em: [Periodicos.uems.br / índice .php / enic /article/view/1955/615](http://Periodicos.uems.br/index.php/enic/article/view/1955/615) de WC Shoiti Nozu - 2011 - Artigos relacionados. Acesso em: 15 de maio de 2014.

FELTRIN, Antonio Efro. **Inclusão social na escola: quando a pedagogia se encontra com diferença**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

FERREIRA, Júlio R. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. **Cadernos CEDES: A nova LDB e as necessidades educativas especiais**. N° 46. Campinas: Unicamp/CEDES, 1998. p. 7-15.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

____ **Pedagogia do oprimido**. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

____ **O educador da esperança**. / José Renato Polli. _ Jundiaí, SP: In House, 2008.

GADOTTI, Moacyr. **Escola cidadã**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GARCIA, C. M. **A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor**. In NÓVOA, António (Coord.). Os professores e sua formação. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

GENTIL, Pablo. (Org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**, São Paulo: Pioneira, 1991.

____ **Concepção dialética da história**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Disponível em: www1.funedi.edu.br/infoisis/infoisisnet.../pesq? Acesso em: 15 de maio de 2014.

JANNUZI, G.S.M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 1992.

LEODORO, Juliana Pires. **Inclusão escolar e formação continuada: o programa educação inclusiva: direito à diversidade**. Disponível no site: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde.../julianapires.pdf. Acesso em 31 de outubro de 2014.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; OLIVEIRA, Giovana Rodrigues. **Políticas e Práticas da Educação Inclusiva no Município de Fortaleza**. Disponível no site: www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/.../a56a85ae2e73f6e78fd6ita_g... Acesso em 12 de junho de 2014.

MARTINS, José do Prado. **Gestão Educacional: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação.** 4ed. Ver., atual e ampliada. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

MASINI, E. F. S. A inclusão escolar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 5., 2000. **Anais.** São Paulo: Vetor, 2000, p. 23-28.

MASINI, E. F. S. **Quais as expectativas com relação à inclusão escolar do ponto de vista do educador.** Temas sobre o desenvolvimento, v. 7, n. 42, p. 52-54. São Paulo: Memnon, 2001.

MELLO, G. N. **Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político.** São Paulo: Cortez, 1982.

MENDES, E. G. Raízes históricas da educação inclusiva. Seminários Avançados sobre Educação Inclusiva, ago. 2001, Marília, **Anais...** Marília: UNESP.

MENDES, E. G. Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar. In: MENDES, E.G;ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. **Temas em educação especial: avanços recentes.** São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMNETAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília – MEC. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução nº4, de 02 de outubro de 2009. Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2014.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência e educação especial.** Disponível no site: www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf. Acesso em 23 de agosto de 2014.

MIRANDA, Theresinha Guimarães, FILHO, Teófilo Alves Galvão. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Disponível no site: <http://www.ppgees.ufscar.br/o-professor-e-a-educacao-inclusiva-2.pdf>. Acesso em 13 de maio 2014.

NASCIMENTO, Cristina de Fátima. **Educação Inclusiva e as dificuldades enfrentadas em escolas públicas.** Disponível no site: www.redentor.inf.br/.../04122012Cristina%20de%20Fatima%20do%20N. Acesso em 22 de agosto de 2014.

NEVES, Suzely Paizano. **Um olhar sobre a profissão professor do estado do Mato Grosso.** Disponível no site: http://www2.ufpa.br/quimdist/livro_novo/didatica_geral/. Acesso em 12 de junho de 2014.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente.** In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e sua formação. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

_____, Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. São Paulo: Editora Abril. Volume 40. **Nova Escola**. São Paulo, nº 142, MAIO 2001.

NOGUEIRA, Carolina Matos. **A História da Deficiência**: tecendo a história da assistência a criança deficiente no Brasil.. Disponível no site: www.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=12605 . Acesso em 31 de novembro de 2014

OLIVEIRA, A.C.B. de. **Qual a sua formação Professor?**. Campinas, SP: Papyrus, 1994 (coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico).

ORRÚ, Sílvia Ester. **Estudantes com necessidades especiais**: singularidades e desafios na prática pedagogia inclusiva. Sílvia Ester Orrú (organizadora) – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

PAULA, Jairo de (Org.). **Inclusão**: mais que um desafio, um desafio social. São Paulo, 2004.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**: perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

_____, THURLER, Monica Gather; MACEDO, Lino; MACHADO, Nilson José; ALESSANDRINI, Cristina Dias. **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre : Artmed, 2002.

PIETRO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar**: pontos e contra pontos/ Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Pietro; Valéria Amorim Arantes, organizadora. São Paulo: Summus, 2006.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTEL, S. C. **Conviver com a Síndrome de Down em escola inclusiva**: mediação pedagógica e formação de conceitos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PINHEIRO, Ana Paula Rocha. **Formação de professores para inclusão de pessoas com necessidades especiais**: o caso de cursos de licenciatura da UFRB. 2010. Monografia- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa/BA, 2010.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA- MEC/ SEESP- 2007.

POLLI, José Renato. **Paulo Freire o educador da esperança**. SP: In House, 2008.

PRIOSTE, Cláudia Dias; RAICAD; MACHADO, M.L.G. **Dez questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**. SP: avercamp 2006.

Revista Nova Escola, Janeiro/Fevereiro, 2001.

SÁ, Elizabet Dias de. **Escolas especiais e papel dos educadores**. Disponível no site: www.bancodeescola.com/educacao.htm. Acesso em 20 de agosto de 2014.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**, Rj; WVA, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação. v. 14 n. 40 jan./abr. 2009 .

_____,Dermeval. **Formação de professores no Brasil:Dilemas e perspectivas**. Disponível no site: www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/15667/9592. Acesso em 15 de maio de 2014.

SCHOTTEN, Neuci .**Formação de Professores: trajetórias e identidades**.Disponível no site: educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5998_3791.pdf. Acesso em 03 de junho de 2014.

SILVA, Lázara Cristina da; RODRIGUES, Marilúcia Menezes de. Políticas públicas e formação de professores: vozes e vieses na Educação Inclusiva. In: DECHICHI, Cláudia; SILVA, Lázara Cristina da; FERREIRA, Juliene Madureira (Org.). **Educação Especial e Inclusão Educacional: formação profissional e experiências em diferentes contextos**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

SILVA, Maria; Aline. **Educação Especial e Inclusão Escolar- história e fundamentos**. Editora: Ibpx-PR.

SOCIAL Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de deficiência.

SOBREIRA, Henrique Garcia. **A Formação de Professores no Brasil: de 1996 a 2006**; RJ. Ed. UERJ, 2008.

TANURI, Leonor Maria. **História da Formação de Professores**. Revista Brasileira de Educação. n. 14 Mai/Jun/Jul/ Ago.2000

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferente**; Petrópolis: Vozes, 2003.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves (UFScar). **Diretrizes e desafios na formação inicial e continuada de professores para a inclusão escolar**. Disponível no site: www.unesp.br/prograd.ixceffe. Acesso em 10 de janeiro 2015.

VIDAL, D. G.;Dermeval Saviani: **Pesquisador, professor e educador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Editora Autores Associados, 2011, 208 p.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. **História da formação de professores no Brasil: o...- PUCPR** Disponível no site: www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93_159.pdf. Acesso em 22 de agosto de 2014.

VYGOTSKY, L.V. **Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIII CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES - 2005UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO - **Formação Continuada de Professores** - Unesp. Disponível no site: www.unesp.br/prograd/e-book%20viii%20cepfe/LinksA . Acesso em 10 de maio de 2014.

WERNECK, Cláudia. **Sociedade Inclusiva: quem cabe no seu todo?** RJ: WVA,1990
_____. **Muito prazer, eu existo**. RJ; WVA, 1992.